

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de São Paulo Class.: Tribunal Russell
 Data 05.12.80 Pg.: DITR 0085

Mais acusações aos salesianos

Do correspondente
e do Serviço Local

O índio tucano Alvaro Fernandes Sampaio, que voltou ontem de Roterdã, Holanda, onde participou como testemunha do 4.º Tribunal Russell, reafirmou em Manaus suas acusações contra os padres salesianos do Alto Rio Negro, citando nominalmente o bispo dom Miguel Alana. Sampaio esclareceu que sua viagem nada teve a ver com o Cimi, e foi conseguida através do escritor amazonense Márcio Sousa e seu irmão Deocleciano Bentes. Sousa vem denunciando a ação dos salesianos contra os indígenas do Amazonas.

Sampaio reafirmou seu testemunho perante o Tribunal Russell, afirmando que d. Alana vem prejudicando, de diversas formas, toda a cultura indígena do Alto Rio Negro. Disse que o bispo é ligado às autoridades e esconde a situação real dos índios da região, inclusive suas precárias condições de saúde.

O índio tucano acentuou que teme agora voltar ao seu sítio em Pari-Cachoeira por causa das perseguições que, julga, irá sofrer.

PADRE EGIDIO

De outro lado, o padre Egidio Schwade, que também retornou de Roterdã,

disse que a reunião do Tribunal Russell vai ajudar muito a causa do índio brasileiro e americano. Afirmou que entregou ao tribunal um amplo relatório sobre a situação dos índios da Amazônia, como os massacres cometidos contra os waimiri-atroaris.

Padre Egidio, ex-secretário do Cimi, ressaltou que seu relatório incluía ainda "casos de dezenas de povos indígenas que foram dizimados tragicamente na década passada". Acrescentou que agora vai se dedicar ao que restou dos waimiri-atroaris (600 contra 3 mil em 1968), que atualmente vivem perto da BR-174 (Manaus-Caracará) e que terão parte de seu território inundado com a construção da hidrelétrica de Balbina.

NA CÂMARA

Devido a uma manobra dos vereadores pedessistas Antônio Sampaio e Davi Royzen, a Câmara Municipal de São Paulo deixou ontem de votar uma moção de congratulações com o Tribunal Russell. Os dois ocuparam praticamente todo o tempo do "prolongamento do expediente", impedindo que a moção, de autoria de Francisco Gimenez, do PMDB, fosse levada à votação.